

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Balanço é apresentando à comissão do Legislativo

SUS municipal presta contas em audiência na Câmara

Uma audiência pública será realizada pela Câmara Municipal nesta quarta-feira (27) a partir das 9h30 para que o Serviço Único de Saúde (SUS) faça a prestação de contas do último quadrimestre. O relatório é feito por integrantes da Secretaria Municipal de Saúde, que é a gestora do SUS no município. Já a condução dos trabalhos cabe à Comissão Permanente de Política Social e Saúde da Câmara, órgão responsável pela fiscalização dos serviços médico-hospitalares, dos prontos-socorros e das verbas do setor na cidade. O presidente do colegiado é o vereador, médico e dentista Paulo Haddad (PSD-SP), que coordena a mesa de debates e a abertura para questionamentos.

Participação cidadã

A reunião é gratuita e aberta ao público, que pode acompanhá-la presencialmente no plenário (na Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta). Já a transmissão será ao vivo pelo Facebook e pelo YouTube, com um link na página oficial do Legislativo para o envio de perguntas e sugestões online. Será transmitida em tempo real também pela TV Câmara.

Polícia Civil do Estado de São Paulo



Atual sede do Deinter-2, no Centro, em Campinas

Retirada do prazo da nova sede do Deinter-2

A Câmara Municipal vota nesta quarta-feira (27) em definitivo o projeto de lei que retira o prazo de cinco anos para que o governo estadual construa a nova sede do Deinter 2 - departamento da Polícia Civil responsável por toda a região. O terreno foi doado pela Prefeitura, com a exigência de que o Palácio dos Bandeirantes executasse a obra na data acordada. Mas, o governo paulista não dispõe ainda nem do projeto, segundo a assessoria de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) cuja bandeira é segurança pública.

Sem data

Então, ao invés de precionar o governador, o prefeito Dário Saadi, também do Republicanos, enviou um pedido à Câmara para retirada do prazo. Isso porque, caso o governo estadual não cumpra o combinado, como ordena a lei vigente, o terreno volta a pertencer à prefeitura. Já Tarcísio 'justificou' o atraso culpando trâmites administrativos, que são obrigatórios.

PINGA-FOGO

Escala Justa I

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer: ditado popular que traduz a postura de Gustavo Petta (PCdoB). Embora respeite Brasília, o vereador se recusa a aguardar passivamente as decisões do Distrito Federal e age em favor dos trabalhadores locais, que necessitam de soluções.

Escala Justa II

Protocolou um projeto de lei na Câmara regulamentando a jornada de trabalho dos empregados de empresas contratadas pela Prefeitura, estabelecendo descanso semanal remunerado aos finais de semana e a limitação da jornada, a fim de proteger a saúde física e mental do trabalhador.

Escala Justa III

A meta é organizar a escala no regime de 5x2, já que é inadmissível que um ser humano tenha que enfrentar a escala 6x1, sendo privado do direito ao descanso, à vida social, familiar e à execução de tarefas domésticas necessárias, como a limpeza da casa e a ida ao supermercado.

Escala Justa IV

Essa situação degradante não é culpa do trabalhador, que apenas busca o sustento, e nem dos empresários, que operam sob as regras vigentes. A responsabilidade é da classe política, que vive isolada em privilégios e regalias, enquanto o povo precisa se matar para manter a estrutura e o custo do Estado, inchado e moralmente falido.

Escala Justa V

Petta argumenta, sabiamente, que a escala 5x2 promove melhores condições aos terceirizados, garantindo previsibilidade de descanso e melhoria na qualidade de vida, elevando assim a qualidade do serviço público prestado. É fato que funcionários satisfeitos produzem mais e melhor.

Escala Justa VI

Mas, é fácil culpabilizá-los e tentar mantê-los como burros de carga, ao invés de cortar as regalias estatais na carne. O bolo já cresceu, e há tempos. Só falta honradez para o governo dividi-lo com quem paga a conta às custas do próprio e parco tempo.



Demanda é do vereador Paulo Haddad (PSD-SP)

Câmara vota destinação de área a Posto de Saúde

Visa atender 20 mil habitantes da região do Jardim Chapadão

Da Redação

Trâmite

Nesta quarta-feira (27) o projeto passará pela primeira votação. Caso seja aprovado, será submetido à segunda para posterior sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP).

Já o passo seguinte será obter recursos financeiros para a execução da obra, informa o vereador, que afirma pretender incluir a demanda no orçamento municipal, além de buscar verbas estaduais e federais.

UBS

As unidades são a porta de entrada principal do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como enfoque tratamentos básicos e prevenção. De acordo com o Ministério da Saúde, nelas são resolvidos cerca de 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja necessidade de encaminhamento a hospitais. O serviço oferece consultas médicas em clínica geral, pediatria e ginecologia, além de pré-natal, Papanicolau e planejamento familiar. Disponibiliza vacinas, procedimentos básicos como curativos, inalações, retirada de pontos e aplicação de medicamentos, além de acompanhamento crônico de pacientes com hipertensão, diabetes e asma. Também disponibiliza atendimento de saúde bucal com dentistas e distribui remédios essenciais gratuitos, por meio de farmácias instaladas nas unidades.

A Câmara Municipal de Campinas (SP) vota nesta quarta-feira (27) a destinação de uma área no Jardim Chapadão para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

O terreno já havia sido destinado a ser uma praça, mas a implantação do posto tem como meta reduzir a demanda nos postos do Centro, São Bernardo e Guanabara, além de diminuir em um terço o volume de atendimentos nas unidades do Jardim Aurélia e Jardim Eulina.

A demanda foi apresentada pelo vereador Paulo Haddad (PSD-SP), que além de médico é dentista. Visa atender 20 mil habitantes da região, que abrange os bairros Botafogo, Novo Botafogo, Bonfim e Jardim Quarto Centenário A

O processo teve início em 2017, quando o parlamentar solicitou à prefeitura a utilização de uma área na Avenida Marechal Rondon. Mas, após parecer técnico do Poder Executivo, indicando a inviabilidade do local, ambos identificaram o terreno no Chapadão, de 5.634,10 metros quadrados, próximo à Escola Estadual Marechal Mallet.

Em 2024, Haddad promoveu um abaixo-assinado com moradores e o entregou ao vice-prefeito Wanderley Almeida (PSB-SP), o Wandão.